

ATA N.º 5/2018

PRESIDÊNCIA: Leonor Pais
1.º/a SECRETÁRIO/A: Cristina Matos
2.º/a SECRETÁRIO/A: António Ferreira
Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, no Auditório dos Paços
do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde,
que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia onze de
dezembro
Sendo vinte e uma horas e quinze minutos foi feita a chamada, verificando-se as
ausências dos seguintes membros municipais, senhores: Maria Branca Paiva, Justino
Fernandes, Joaquim Alexandre Borges Teófilo Loureiro, Jorge Coelho e Rui Coelho,
presidentes da Junta de Freguesia de São João da Fresta e União de Freguesias de
Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, respetivamente
Justificaram as faltas os senhores: Maria Branca Paiva, Joaquim Loureiro, Justino
Fernandes e Jorge Coelho
De acordo com o artigo 29°, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro,
foi justificada a falta do senhor Rui Coelho, presidente da União de Freguesias de
Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, à sessão ordinária desta Assembleia
Municipal do dia vinte e sete de setembro 2018
Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, João Azevedo,
vice-presidente da Câmara Municipal, Elísio Oliveira e os vereadores Maria José Coelho,
João Lopes, Rui Costa, Sara Costa e Joaquim Messias
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:
A senhora presidente da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida,
ficando à disposição dos membros da Assembleia



Foi ainda entregue pelo senhor António Monteiro, presidente da Junta de Freguesia de
Espinho, um postal de Natal elaborado por uma criança do ensino pré-escolar daquela
freguesia desejando as boas festas a todos os presentes
LEITURA, DISCUSSÃO e VOATAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:
Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de vinte e sete de setembro de 2018,
a qual foi aprovada por unanimidade
Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de
janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na
sessão mencionada, nomeadamente os senhores: Jaime Pinto, Filipe Pais, Fernando
Azevedo e Serafim Tavares
INTERVENÇÃO dos MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MANGUALDE e/ou EXECUTIVO:
O senhor Serafim Tavares informou que a partir deste momento se apresentava na
Assembleia Municipal de Mangualde como membro independente, sem cor partidária, e
que continuaria a defender os direitos de todos os mangualdenses pelo bem deste concelho,
era livre e defendia a liberdade e a liberdade de expressão
Em 2012/2013 também tinha sido membro desta Assembleia Municipal e naquela
altura nunca se tinha oposto a qualquer ideia do seu grupo ou da Mesa, sempre respeitou
todos os presentes e a quem devia obediência era à presidente da Assembleia Municipal,
em nome do bom funcionamento das instituições
O senhor Serafim Tavares dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal,
elogiou a realização da Feira dos Santos que era o que considerava ser uma aposta ganha,
e o facto de ter negociado dois metros de terreno, junto à Quinta do Alpoim para
alargamento da rotunda, o que no seu entender era essencial, dado que não havia passeio
para os peões. Devia ainda assim negociar muitos mais metros, pois no futuro poderá de
novo ser necessário alargar aquele local
Numa sessão anterior deste órgão municipal, aquando da discussão de ser necessário
alcatroar um caminho junto à Barragem de Fagilde, alertou para o facto de ser também



preciso fazer as respetivas valetas, o que não aconteceu, pelo que agora o alcatrão esta ja a
deteriorar-se
Solicitava ainda um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Guerra Fernandes,
que foi membro desta Assembleia Municipal e era um homem de bem
A senhora presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o voto de pesar
pelo falecimento do senhor João Guerra Fernandes, o que foi aprovado por unanimidade.
O senhor <i>Joaquim Pais</i> propôs um voto de louvor à Banda Filarmónica Boa Educação
de Vila Cova de Tavares pelo seu centenário de existência e funcionamento
Realçou ainda a realização do "Giro do Horizonte Trail Running 2018", organizado
pelas União de Freguesias de Tavares, União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e
Póvoa de Cervães e Junta de Freguesia de Quintela de Azurara, com cerca de quatrocentos
participantes e com o apoio do município
A senhora presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o voto de louvor à
Banda Filarmónica Boa Educação de Vila Cova de Tavares, o que foi aprovado por
unanimidade
A senhora presidente da Assembleia Municipal leu o seguinte requerimento do
senhor Fernando Campos: "1- A população do Bairro de S. João queixa-se do constante
ruído, de dia e de noite, fruto das recentes alterações de ocupação quer por parques de
estacionamento, quer por novas empresas. Perguntamos se a Câmara sabe se está a ser
respeitada a lei do ruído? E se tem conhecimento desta situação? Aproveitamos para
solicitar que nos faça chegar a cópia do contrato com a PSA de cedência da EN-16 onde
constem as contrapartidas. 2- Na sequência da visita de João Pimenta Lopes, deputado
no Parlamento Europeu, à aldeia de Abrunhosa do Mato a questão da recuperação das
casas ardidas nos incêndios de Outubro de 2017 foi colocada quer no PE, quer a nível
nacional. Sendo a recuperação das casas de segunda habitação uma responsabilidade da
câmara municipal que medidas foram tomadas para a sua concretização? Na mesma visita
do nosso deputado foram mais uma vez colocadas pela população questões já aqui
trazidas pela CDU e que continuam sem resposta: na Rua do Rossio, existe um muro com
altura insuficiente e que pode colocar em perigo as crianças que brincam naquele local.

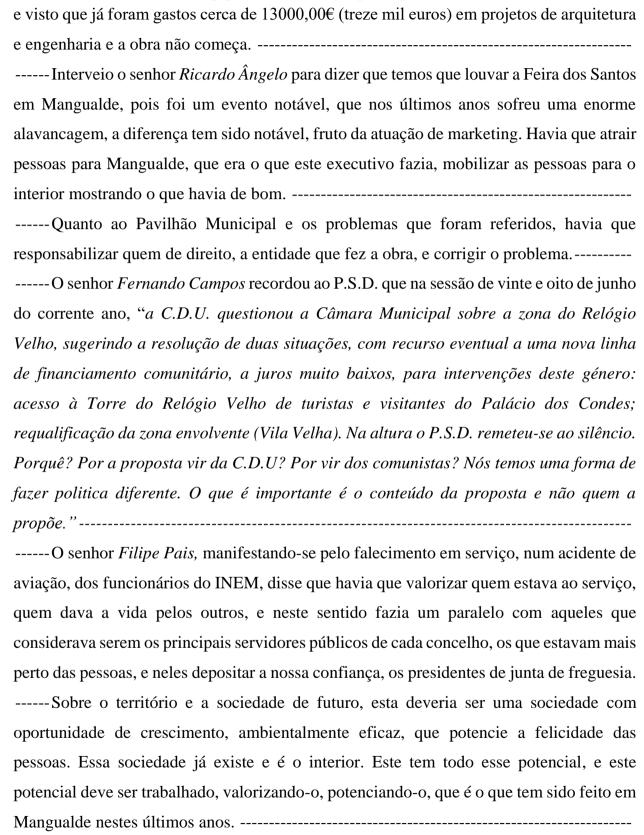


As valetas necessitam de ser corrigidas já que estão desniveladas o que faz com que a água entre nas casas. Os chafarizes continuam sem deitar água. Que medidas vai tomar a câmara? 3- O Pavilhão Municipal foi reinaugurado com pompa e circunstância e na presença de Rosa Mota. Passado pouco tempo constata-se que o piso afinal não está em condições, entra água, não foi considerada a incidência do sol no recinto do decorrer dos jogos, há várias outras deficiências referidas pelos seus utentes. Chegou-nos a informação que a correção de todas estas deficiências foi entregue à empresa Irmãos Almeida Cabral? A ser verdade a CDU pergunta se a obra foi dada como concluída antes da inauguração? Existia, ou não, a caução legal exigida em todas as obras públicas? Se sim foi acionado? Se não, porquê? Porquê o recurso a uma segunda empresa? E em que condições?---------- A senhora presidente da Assembleia Municipal leu o seguinte requerimento dos membros do P.S.D. desta Assembleia Municipal: "A Comissão Politica do PSD de Mangualde, vem por este meio, requerer a V. Ex^a, que solicite a todos os Presidentes das Juntas de Freguesias (12), os planos de atividades para o ano de 2019, bem como as contas aprovadas do ano de 2018. O PSD de Mangualde pretende fazer uma oposição séria e credível, entendendo que esses documentos são necessários e fundamentais para o conhecimento da realidade do Concelho, pretendendo com isto, no futuro apresentar propostas sérias e credíveis para o desenvolvimento do Concelho. Agradecemos que faça chegar este requerimento a todos os presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho. Gostaríamos de ter estes documentos na primeira Assembleia Municipal de 2019." ---------- A senhora Catarina Lourenço, referindo-se à Feira dos Santos, disse que era uma feira secular pelo que elogiou a forma como decorreu, que nos orgulhávamos de tivesse tanta visibilidade. Relativamente à vinda da TVI, e visto que a RTP também tem um programa semelhante, gostaria de saber se o custo relativamente à TVI é inferior ao da RTP. Quanto à cerimonia de abertura da Feira que teve a presença da senhora Ministra da Presidência, o P.S.D. queria elogiar o discurso feito por esta, foi um discurso institucional, com explicações várias. ---------- Relativamente ao discurso do senhor presidente da Câmara Municipal houve algo que nos chamou a atenção que foi a referência a que no Brasil, com o intuito de reduzir a



taxa de fumadores, se dizia que "Fumar não era chique" e que nós mangualdenses também podíamos passar a mensagem de que "Mangualde era o melhor concelho para se viver". ------ O P.S.D. não concorda com esta mensagem porque, de facto Mangualde é bom, mas não é o melhor sítio para se viver, porque havia muita coisa que tinha que ser mudada. -------- Elogiou ainda uma iniciativa da J.S.D. que teve um stand na Feira dos Santos para a venda de copos reutilizáveis, com preço simbólico, que teve como único intuito por um lado, diminuir a pegada ecológica, e por outro diminuir o lixo que fica aquando do final da Feira dos Santos. ----------Tomou a palavra o senhor Filipe Pinto para dizer que relativamente ao Pavilhão Municipal, a sua requalificação custou 325000,00€ (trezentos e vinte e cinco mil euros), o executivo fez a sua inauguração, e quando vêm as primeiras chuvas começa a entrar a água. Questionava se foi feita a fiscalização a esta obra e de quem era a culpa, se já foram feitas as diligências por forma a responsabilizar a empresa que executou o serviço e também o porquê do ajuste direto uns dias antes da inauguração do Pavilhão com uma empresa para a manutenção do mesmo, durante trinta dias. ----------O senhor Gabriel Sousa disse que apreciava todas as manifestações de cultura que a Câmara Municipal realiza, mas lamentava que não houvesse um local com espaço para o desenvolvimento de um certo tipo de atividades que a nossa cidade merece. Esse espaço seria o Cineteatro de Mangualde, um gigante adormecido que teima em não acordar, pelo que questionava o porquê de não se investir nesse espaço, que podia dar boas garantias a médio e longo prazo, que serviria para bons espetáculos, como cinema e teatro, concertos e palestras, e quem sabe até sessões da Assembleia Municipal de Mangualde. Para quando a sua abertura, era uma obra de enorme importância, que já foi visitada por um ex-Ministro da Cultura, para além do que já foi investido, mais de 300000,00€ (trezentos mil euros). O P.S.D. recomenda ao executivo camarário que assuma o arranque das obras e questiona em que fase estava este projeto. ----------O senhor *Miguel Sousa* questionou sobre as obras na zona do Relógio Velho, pois o cartaz sobre o arranque das obras já estava exposto na entrada da cidade há bastante tempo,







Há fases de crescimento em que nós tentamos chegar aos mínimos para podermos
conviver saudavelmente. Os mínimos são de alguma forma o espelho daquilo que este
executivo fez numa situação de recuperação. Esta recuperação aconteceu ao nível
económico, financeiro, foram colocadas as instituições ao serviço da comunidade, e
quando se está preocupado com os serviços mínimos, não se pode almejar serviços
máximos
A fase da estabilidade foi-nos trazida por este executivo e agora estamos numa fase
de crescimento e de desenvolvimento. Já temos sinais de desenvolvimento quando olhamos
para a cultura, quando as coisas se consolidam, como, por exemplo, a instalação no
concelho de duas multinacionais, porque Mangualde é um território competitivo, que
soube cuidar do seu cluster. Havia muito mais a fazer, e estava em desenvolvimento um
projeto mais amplo onde se aproveita o cluster automóvel para trazer conhecimento,
porque uma empresa em si não é suficiente se não tiver conhecimento que se radique no
território
As autoestradas do interior vão permitir que o transporte de pesados de mercadorias
passe a ter 15% de desconto nas portagens do interior, durante o dia, 20% à noite, e 25%
adicionais em territórios deprimidos
O senhor Miguel Sousa disse ao senhor Fernando Campos que quando uma obra é
adjudicada tem um timing, o cartaz das obras do Relógio Velho foi afixado e passado um
ano a obra ainda não começou
A senhora Catarina Lourenço referiu que a questão do marketing é muito importante
e que não era preciso mascarar as mensagens se realmente houver algo muito bom para
falar de Mangualde. Entendia que havia coisas boas, mas outras que faltavam fazer, e não
podia passar a mensagem que Mangualde era o melhor do distrito de Viseu porque isso
não era verdade
Não era intenção do P.S.D. criticar por criticar, louvavam a iniciativa da Câmara
Municipal pelas atividades desenvolvidas na Feira dos Santos
A senhora Catarina Lourenço fez um resumo prévio sobre a presente proposta relativa
ao IMI que em seguida apresentou: "Entende o PSD que o crescimento acentuado da



receita do IMI, que sai diretamente do rendimento dos Mangualdenses, não pode ser o caminho para a redução da dívida. Não é sobrecarregando os Mangualdenses que o nível de vida destes melhorará. Não se pode, como até então, referir que a divida da autarquia baixa por o executivo camarário estar a fazer bom trabalho. Na verdade, todo o trabalho – ou grande parte dele – sai dos contribuintes Mangualdenses. -----------Analisando a receita de IMI, em Mangualde, para 2019 estima-se que esta cifre no valor de 2151893,00€. Um aumento superior a um milhão de euros face a 2010, ano em que este encargo para os Mangualdenses teve um valor de 1053307,28€, ou seja, um aumento de 104,3% e, a titulo exemplificativo, teve um aumento de 13,16% face ao período de 2015 a 2019. ----------Este aumento deve-se exclusivamente ao aumento da taxa de incidência de IMI, levando a um acentuar da desertificação do interior dado que a compra de um imóvel em Mangualde tem um encargo fiscal superior aos concelhos limítrofes. Não se pode querer fixar empresas no concelho e afastar as pessoas, uma vez que estas são a maior riqueza de qualquer concelho. É de todo inconcebível que no momento da compra de um imóvel se opte por concelhos vizinhos por terem melhores condições fiscais. ---------- Assim, os membros do PSD propõem, por ser viável financeiramente, que seja votado nesta assembleia municipal, por forma a todos serem incluídos nesta proposta, o seguinte: "Diminuição da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 0,35%, a vigorar para o ano de 2019, com a respetiva recomendação de retificação do orçamento ao executivo camarário.""-----------Foi ainda proposto pela senhora Catarina Lourenço que se organizasse um grupo de trabalho, com os membros dos vários partidos representados na Assembleia Municipal com o intuito de se alterar o presente Regulamento da Assembleia Municipal no que respeita ao tempo de intervenção dos membros. -----------O senhor João Tiago Henriques disse que nada tinha a opor à organização do grupo de trabalho.--------- Relativamente ao IMI e aos impostos, estes podem ser muito altos e termos uma vida maravilhosa ou termos impostos baixos e termos uma vida péssima, o que importa saber é



o que fazemos aos impostos. Quanto ao facto de sermos o concelho que tem mais receita de IMI, era normal, se somos o quarto município com mais população. Também gostava de pagar menos IMI, por isso este executivo foi o primeiro a baixar o imposto, quem o aumentou foi o governo da república, na altura liderado pelo P.S.D./C.D.S. -----------O senhor presidente da Câmara Municipal explicou que se tinha mudado o paradigma e hoje falava-se de investimento, o que era uma ação de compromisso para quem está a decidir no dia a dia aquilo que é o melhor para os mangualdenses.--------- No que respeita à questão das obras na zona do Relógio Velho, havia uma excelente noticia, havia uma candidatura ao financiamento e nas ultimas horas surgiu a oportunidade de reintegrar essa candidatura no Plano de Regeneração Urbana da Cidade, financiado pelo PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), ligado à frente do Complexo Paroquial, fazendo uma circular de reabilitação daquilo que é uma zona rodoviária, de pessoas, serviços, e também para associar aos restantes projetos que estão a ser consolidados com a Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia, através do projeto ----- Mangualde é o segundo concelho do Centro que tem mais dinheiro no PEDU para investimento per capita, que muito tem a ver com as decisões politicas, e com as negociações politicas. Nos próximos anos, iremos fazer, de forma calendarizada, que já consta do orçamento, 60% deste capital, as obras que são financiadas. O Cineteatro, vai ser lançado o projeto para financiamento ao Fundo Comunitário, para depois se lançar o concurso público para a reabilitação do edifício. ----------O Pavilhão Municipal foi executado na década de noventa e sempre apresentou problemas na cobertura, de climatização e impermeabilização. O ajuste direto que foi feito com os técnicos foi para continuar a dar o supletivo de qualidade a questões que foram aparecendo ao longo da obra e que não conseguiram ser resolvidas com os nossos serviços técnicos. O Pavilhão hoje tem condições de excelência, e por isso iria solicitar aos serviços técnicos um relatório, por escrito, sobre este assunto. ----------A Feira dos Santos, a mensagem que quis passar aquando da festa de inauguração, na alusão a uma campanha publicitária no Brasil, tinha a ver com o branding do interior.



Era necessário haver mais decisões politicas para atrair mais pessoas para o território, em todos os concelhos do distrito sem exceção. A questão do Brasil foi um exemplo daquilo que o estado fez para alterar a atitude das pessoas. O Estado não pode só depositar milhões, alterar as taxas, tem que criar condições estruturais e comunicacionais para se poder viver no interior. ----------- Ainda relativamente à Feira dos Santos agradeceu a todas as pessoas envolvidas na sua realização e em especial à senhora vereadora Maria José, é um gosto ter a Feira nos moldes em que está. Quanto à televisão que faz o programa em direto da Feira dos Santos, a TVI, era por uma grande razão, a primeira vez que esta veio a Mangualde teve o maior share de sempre do Programa, e não sabia se a RTP era mais cara ou mais barata. -----------Quanto ao voto de louvor proposto pelo senhor Joaquim Pais à Banda Filarmónica Boa Educação de Vila Cova de Tavares, era com grande justiça que também o celebrava, assim como se associava ao voto de pesar pelo falecimento do senhor João Guerra Fernandes proposto pelo senhor Serafim Tavares. -----------No que se refere ao caso das segundas habitações nos casos dos incêndios, as Câmaras Municipais não têm a obrigação de reabilitar essas habitações. O Governo enviou para os municípios a decisão de poder contrair empréstimos para pagar a requalificação dessas casas, e se assim fosse, teríamos que aprovar um empréstimo para resolver essa -----Ponto Primeiro da Ordem do Dia "Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo"----------O senhor Fernando Campos interveio para dizer que considerava ser um simulacro de informação do senhor presidente da Camara Municipal a esta Assembleia, e que este ponto deveria chamar-se "Informação escrita do presidente da câmara municipal, sobre a atividade do município", pelo que ficava a proposta à consideração da presidente da Assembleia Municipal. Desde o início deste mandato, em nenhuma sessão da Assembleia Municipal, o senhor presidente da Câmara Municipal tinha apresentado uma informação sua, remetendo para os serviços e para as atas das reuniões camarárias.-----



O senhor presidente da Câmara Municipal devia informar esta Assembleia Municipal
em detalhe e por escrito, de quantos processos judiciais, sobre o quê, qual o seu estado,
quais as responsabilidades que impendem sobre a Câmara, se for caso disso, e não o faz.
Devia informar esta Assembleia Municipal em detalhe, e por escrito, sobre a situação
financeira da Câmara Municipal: compromissos a curto, médio e longo prazo, dinheiro nos
bancos e em caixa, e não o faz
Devia informar esta Assembleia Municipal em detalhe, e por escrito, sobre a
atividade da Câmara Municipal, nomeadamente, obras, atos culturais, desportivos,
recreativos, sociais, económicos e políticos, e não o faz
Devia informar esta Assembleia Municipal em detalhe, e por escrito, sobre a sua
atividade enquanto representante do município de Mangualde, e não o faz, como por
exemplo a ida ao Brasil, porquê e para quê?
Sem estas informações, esta Assembleia Municipal não pode cumprir cabalmente as
suas funções de «acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal», como diz a
Lei. Isto não é transparência, é opacidade
O senhor presidente da Câmara Municipal disse que este documento era elaborado
pelos serviços camarários e que esta foi a norma durante anos, no entanto iria reavaliar
Ponto Segundo da Ordem do Dia "Terceira Revisão às Grandes Opções do Plano
para o ano de 2018/Plano Plurianual de Investimentos" — Aprovação e Votação da
proposta adotada pela Câmara Municipal
A senhora presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos segundo e
terceiro fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por
unanimidade
O senhor Fernando Campos questionou sobre quando se fala em nova reinterpretação
da Senhora do Castelo que significado tinha?
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com quatro votos
contra, de Miguel Sousa, Gabriel Sousa, Catarina Lourenço, Filipe Pinto, do P.S.D., e as
abstenções de Fernando Campos, da C.D.U., e Serafim Tavares

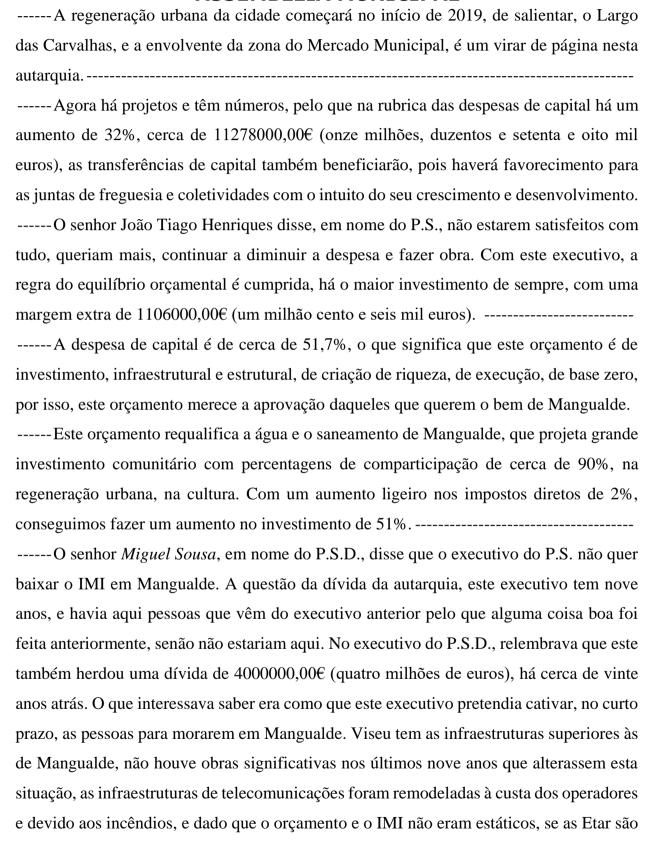


-----Ponto Terceiro da Ordem do Dia "Terceira Revisão ao Orçamento para o ano de 2018" – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----O senhor Fernando Campos questionou o senhor presidente da Câmara Municipal sobre "porquê a alteração para menos em cerca de um milhão e trezentos mil euros na despesa, reportando-se esses valores a investimentos estruturantes para o concelho, como as Etars? Atrasos? Se sim, da responsabilidade de quem?" ----------O senhor presidente da Câmara Municipal respondeu que todos os anos se fazia a revisão em baixa do orçamento pela não execução de alguns investimentos, que por razões, ou de atrasos do POSEUR, ou de atrasos do Programa Comunitário, não foram cumpridos. ----- Relativamente à Senhora do Castelo, era um projeto que iria começar no principio do próximo ano, a requalificação do Monte da Senhora do Castelo, mais concretamente a construção financiada de um parque de lazer para as pessoas. -----------Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com quatro votos contra, do P.S.D., voto contra de Serafim Tavares, e a abstenção, de Fernando Campos da ----- Ponto Quarto da Ordem do Dia "Autorização prévia da Assembleia Municipal de Mangualde para Assunção de Compromissos no ano de 2019, nos termos da al. c), n.º 1, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21/2" - Aprovação e Votação da proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal---------- A senhora *Catarina Lourenço*, em nome do P.S.D., propôs que fosse acrescentada, à listagem que já é fornecida, uma listagem das empresas e prestadores de serviços que são consultados pela Câmara Municipal aquando da assunção desses compromissos. ----------O senhor *Fernando Campos* corroborou as palavras da senhora Catarina Lourenço e referiu que iria abster-se neste ponto. ---------- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, quatro votos contra, de Catarina Lourenço, Miguel Sousa, Filipe Pinto e Gabriel Sousa, do P.S.D., e duas abstenções, de Fernando Campos, da C.D.U., e Serafim Tavares, autorizar a Câmara Municipal de Mangualde a assumir compromissos plurianuais, no ano de 2019, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a



sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com
os municípios e parcerias público-privadas
A senhora <i>Catarina Lourenço</i> , em nome do P.S.D., fez a seguinte declaração de voto:
"O P.S.D. não vota contra a assunção de compromissos no valor de 100000,00€ (cem mil
euros) por parte do executivo camarário, vota contra apenas não ser junta a listagem das
empresas referidas anteriormente. Não é contraditório, o P.S.D. não vota contra o valor
apresentado, este sentido de voto vai no sentido de haver mais transparência e para que
os mangualdenses conheçam todos os documentos."
Ponto Quinto da Ordem do Dia "Proposta das Grandes Opções do Plano para o
ano de 2019, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais
Relevantes (PPI)" - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal
A senhora presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos quinto e sexto
fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por
unanimidade
O senhor João Tiago Henriques disse que depois de anos a passar pela austeridade
agora surgia a consolidação de Mangualde como um concelho, uma sociedade, uma cidade
atraente, que se renova, que projeta para o futuro, que recupera as suas infraestruturas.
Mangualde é um concelho do interior que tem quatro das mil melhores empresas do país,
tem doze das PMEs Líder, cinco PMEs de Excelência, e isto repercute-se no facto de
termos a necessidade de um município cada vez mais bem gerido
No próximo ano a autarquia vai-se concentrar em fazer um Plano Plurianual de
Investimentos em que os eixos orientadores são a afirmação da sustentabilidade dos
recursos, nomeadamente o tratamento dos resíduos com as várias Etars já em construção:
Tabosa, Cubos, Abrunhosa-a-Velha, Freixiosa e Cunha Alta, Chãs de Tavares, e outras
tantas em várias fases de projeção. Os recursos naturais, está em modernização a rede de
controlo e monitorização de consumo da água dos sistemas de adutoras da Freixiosa,
Corvaceira e Chãs de Tavares, e outra no concelho, no calor de 350000,00€ (trezentos e
cinquenta mil euros), outras adutoras receberão obras no valor de 650000,00€ (seiscentos
e cinquenta mil euros)

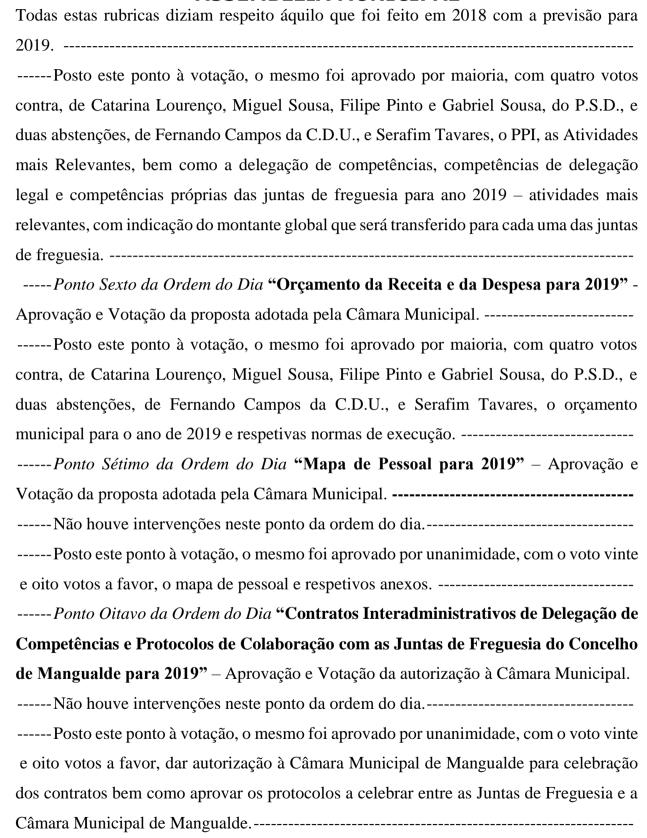






um investimento para pagar em vários anos, porquê não baixar este ano o IMI e daqui por mais alguns anos subi-lo novamente se houver necessidade. ----------O senhor Fernando Campos tomou a palavra para questionar sobre: "1- Apoio aos Bombeiros para despesas de investimento. Quais?; 2- Outras obras não especificadas no sistema de distribuição de água 2,5 milhões de euros. Quais?; 3- Porquê 6545€ para a reabilitação do Bairro Municipal da Senhora do Castelo em comparação com 761943€ para a reabilitação do Bairro Municipal da Gândara?; 4- Aquisição Cineteatro de Mangualde e sua reabilitação 3 milhões 395 mil euros. Onde entra o protocolo assinado com o ministro da cultura João Soares?; 5- Feira Medieval: sendo o foral de Mangualde anterior à fundação da nacionalidade não seria de realizar esta feira todos os anos, como forma de dar a conhecer o concelho e trazer mais turistas?; 6- Porquê rúbricas com nomes específicos com dotações de 1 euros, e rúbricas com outros, ou diversas, ou não especificadas com dotações de dezenas e mesmo centenas de milhares de euros?"----------O senhor Fernando Campos interveio ainda para questionar sobre o ponto seis: "1-Aumento de 45% nos impostos indiretos. Que impostos aumentam?; 2- Redução de 26% nas taxas, multas e outras penalidades. Onde as reduções?; 3- Aumento de 13% nos rendimentos de propriedade. Como?; 4- Vendas de bens de investimentos. Quais?; 5-Passivos financeiros passam de 1€ para 1294771€ com variação 0. É gralha?"----------O senhor presidente da Câmara Municipal respondeu que havia a remodelação da rede de distribuição de águas; os Bombeiros, havia transferências mensais para esta instituição pois tinham a previsão de fazer mais investimentos e a Câmara Municipal apoiava; a Feira Medieval, uns membros desta Assembleia Municipal queriam baixar os impostos, outros queriam fazer mais festas, outros dizem que não há obras feitas, e que é preciso fazer mais, não tinha solução para este problema; a rubrica de outros, todos os anos baixamos esse tipo de rubricas e aumentamos as especificas. ---------- A questão dos impostos indiretos, era por exemplo, o IMT; a redução de taxas, multas e outras penalidades, tinha a ver com a execução de 2018; todos os outros pontos questionados, tinham referência ao ano de execução de 2018 e colocados em 2019 como previsão; por exemplo o passivo financeiro, era a contratação de empréstimo para as Etar.







Ponto Nono da Ordem do Dia "Alteração ao Regulamento de Atribuição de
Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior" - Aprovação e Votação da proposta
adotada pela Câmara Municipal
Tomou a palavra o senhor Fernando Campos para dizer que estranhava não ter
havido candidatos às bolsas de estudo, o que pode ter acontecido por falta de divulgação.
A senhora presidente da Assembleia Municipal explicou que o que faltou foram
pessoas que respondessem ao edital relativo a esta alteração e não candidatos às bolsas
O senhor Filipe Pinto disse que era de louvar o aumento do valor a atribuir e
questionava se também ia aumentar o número de pessoas a ser atribuída a bolsa
A senhora vereadora Maria José Coelho respondeu que só se sabia o número de
bolsas a atribuir quando fossem entregues todas as candidaturas e a análise das mesmas.
Em 2016 foram atribuídas catorze e em 2017, 21 bolsas. Esperava que muitos mais jovens
fossem contemplados em 2018, pois era sinal que muitos jovens estão no ensino superior
a adquirirem competências e, esta era sem dúvida uma mais valia como componente de
apoio económico para as famílias
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito
votos a favor, a alteração ao presente Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a
Estudantes do Ensino Superior
Ponto Décimo da Ordem do Dia "Informação interna n.º 741/2018 do serviço de
execuções fiscais, de 22 de junho, e informação interna n.º 953/2018 do serviço de
execuções fiscais, de 9 de agosto, pagamentos voluntários" — Votação da Retificação de
deliberação de acordo com proposta da Câmara Municipal
A senhora presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos décimo e
décimo-primeiro fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi
aprovado por unanimidade
O senhor Fernando Campos disse que "a CDU considera que a divulgação de dados
pessoais, nos termos em que está a ser feita nesta assembleia, pode configurar uma
violação da Lei de Proteção de Dados



Para mais a maioria aos nomes colocaaos na praça publica e-o por aiviaas ae
escassos euros
Constando dos processos dos visados o seu número de contador e o seu número de
contrato, seria muito mais correto a sua utilização na divulgação pública das situações.
Por isso solicitamos à câmara que tome em consideração esta opção e a faça chegar
a quem de direito."
A senhora <i>presidente da Assembleia Municipal</i> considerou de bom senso a proposta
apresentada pelo senhor Fernando Campos e sugeriu que fosse ponderada pelo executivo.
O senhor Miguel Sousa informou que qualquer tipo de número identificava um
cliente, este número pode ser usado para fins legais da instituição ou empresa, se se guardar
esse número para outros fins, estava-se a infringir a lei. A Câmara Municipal utiliza os
dados do cliente para identificar o cliente numa situação pelo que não está a infringir a lei.
A Câmara Municipal ou qualquer membro desta Assembleia Municipal não pode utilizar
estes dados pessoais para outros fins que não este que está em causa
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito
votos a favor, retificar a deliberação de acordo com proposta da Câmara Municipal
Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia "Informação interna n.º 1381/2018 do
serviço de execuções fiscais, de 5 de novembro, referente à declaração de prescrição
de processos de execução fiscal dos meses de janeiro e fevereiro de 2018" — Aprovação
e Votação da Declaração de prescrição de acordo com proposta da Câmara Municipal
A senhora presidente da Assembleia Municipal informou que houve um lapso na
redação do título deste ponto, pelo que deveria ser acrescentado "o mês de dezembro de
2017", passando a redação a ser a seguinte: "Informação interna n.º 1381/2018 do serviço
de execuções fiscais, de 5 de novembro, referente à declaração de prescrição de processos
de execução fiscal dos meses de dezembro de 2017, janeiro e fevereiro de 2018"
A senhora Catarina Lourenço disse que as dívidas da cobrança da água se deveriam
possivelmente à falta de pessoal e que os documentos enviados não correspondiam aos
meses em causa, mas sim a partir de vinte e dois de fevereiro, março e abril, pelo que não
se sabia o valor da prescrição em causa e por isso não podiam votar, no entanto tratando-



se de prescrições e por ser um assunto recorrente, aceitavam que fossem enviados
posteriormente os documentos com os valores correspondentes
O senhor presidente da Câmara Municipal explicou que a cobrança das prescrições
era feita com a autoridade tributária, e que nos últimos meses se estava a tentar resolver
um problema que era estrutural neste concelho
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com quatro votos
contra, de Catarina Lourenço, Miguel Sousa, Filipe Pinto e Gabriel Sousa, do P.S.D., e
uma abstenção, de Serafim Tavares, declarar a prescrição do direito ao recebimento do
preço pelos serviços prestados relativos a taxas de fornecimento de água, recolha e
tratamento de águas residuais, resíduos sólidos urbanos, taxa de gestão de resíduos, taxa
de conservação de redes, taxa de resíduos hídricos-água, taxa de controlo de água, bem
como o respetivo IVA, com processos de execução fiscal instaurados e em curso no
município de Mangualde, melhor identificados nos mapas anexos à informação
apresentada, e respeitantes aos meses de dezembro de 2017, janeiro e fevereiro de 2018,
nos termos e com os fundamentos nela descritos
A senhora Catarina Lourenço fez a seguinte declaração de voto: "o P.S.D. não vota
contra a prescrição, o que estava prescrito não havia como mudar o facto, o P.S.D. votava
contra a injustiça social que se verifica relativamente a este assunto. O senhor presidente
da Câmara Municipal disse que se estava a fazer um esforço para reduzir estes casos, mas
enquanto não forem nulos, há munícipes que recebem em casa avisos de cobrança por
pagamentos em atraso e corte de água, e quando estes munícipes vêm pagar, pagam uma
exorbitância de juros. Ao P.S.D. parece bastante injusta esta situação que uns tenham que
pagar e outros não."
O senhor presidente da Câmara Municipal reafirmou que o maior problema estava
concentrado num determinado espaço público e que se ia resolver um problema estrutural
que envolvia famílias carenciadas
A senhora Catarina Lourenço relembrou que algumas das dívidas prescritas
remontavam ao ano de 2012



O serviço de apoio da Assembleia Municipal de Mangualde, querendo dar
cumprimento ao solicitado pela senhora Catarina Lourenço, no envio posterior de nova
documentação, consultou o serviço emissor das execuções fiscais, serviço de património,
ao que foi esclarecido que os documentos enviados para esta sessão estavam corretos na
medida em que os meses a que se refere o ponto são de facto os que estão em causa, e as
datas mencionadas de fevereiro a abril são de quando são lançadas as prescrições, após
os prazos em que de facto não ocorre o pagamento, não houve pagamento, pagamento
com relaxe, juros, etc
Ponto Décimo-Segundo da Ordem do Dia "Protocolo de integração do Município
de Mangualde na Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo
e Satão (AMAPS), como membro efetivo no Centro de Recolha Oficial
Intermunicipal (CROI) – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal
O senhor Miguel Sousa questionou sobre quais seriam as vantagens para o município
de Mangualde nesta associação
Ainda relativamente ao ponto anterior, sugeriu a alteração do modo de faturação
como forma de evitar parte das dívidas
O senhor vereador <i>Rui Costa</i> explicou que este protocolo de integração surgiu devido
ao facto de estes municípios já trabalharem em conjunto há já algum tempo, neste assunto.
Este Centro é uma estrutura com condições próprias para os animais, e do ponto de vista
dos custos, é a melhor solução
Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito
votos a favor, aprovar o Protocolo de Integração do Município de Mangualde na
Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Satão, AMAPS, bem
como a integração do Município de Mangualde na AMAPS como membro efetivo no
Centro de Recolha Oficial Intermunicipal, CROI
Ponto Décimo-Terceiro da Ordem do Dia "Listagem de Compromissos
Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 15
setembro de 2018 a 3 dezembro de 2018, ao abrigo da autorização prévia concedida



pela Assembleia Municipal de Mangualde, de 20 de dezembro de 2017, nos termos do art.º 6°, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2" – Conhecimento. ----------O senhor Fernando Campos afirmou "mais uma vez se privatizam serviços que deveriam e poderiam ser feitos pela câmara. Questionou se "a manutenção das Etar's no futuro vai ser assegurada por empresas privadas?" "Não chegava o exemplo prático, com queixas constantes das respetivas populações, da degradação da recolha do lixo e dos ecopontos em todos os concelhos que recorreram ao contrato com o Planalto Beirão, vulgo Ferrovial?"----------"A Câmara vai continuar a suportar despesas que cabem ao Estado central como é o caso das chamadas AEC?"----------- Interveio a senhora *Catarina Lourenço* para solicitar a listagem de todas as empresas que são consultadas antes da celebração dos contratos com os prestadores de serviços mencionados nesta listagem. ----------O senhor presidente da Câmara Municipal, *João Azevedo*, informou que os próximos meses serão determinantes para se saber o que os municípios poderão ou não fazer em termos de descentralização. A questão do lixo está delegada á muitos anos, e nas últimas décadas muitas câmaras municipais integraram-se no Planalto Beirão. Mangualde estava a fazer um grande investimento na questão ambiental, com a requalificação dos pontos de recolha de resíduos e criação de mais pontos de recolha. ---------- Quanto à privatização da manutenção das Etars, não estava decidida, só poderia dizer que a construção destas iria tirar dezenas de fossas que hoje recebem as águas residuais. ------ A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. ----------PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------O senhor José Fernando Norte Tavares interveio para dizer, em nome da J.S.D., que na Feira dos Santos, no seu stand, tinham tomado a iniciativa de não usarem o plástico, os copos utilizados eram reutilizáveis, e que alguns membros tendo-se dirigido, na altura, ao senhor presidente da União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta para "vender" a ideia, foi-lhes respondido que "não comprava porque eram da J.S.D." ------

Fls.



O senhor Eduardo Albuquerque, em nome da comissão política do P.S.D.,
questionou quem era o proprietário do automóvel "Boca de Sapo" que está colocado na
rotunda junto á Citroën, estrada Mangualde Nelas, dado que existem algumas dúvidas na
cidade. Este pedido era dirigido ao senhor vice-presidente que na época trabalhava na dita
empresa
O segundo esclarecimento era relativo ao estacionamento no Bairro de S. João, visto
que tinham recebido várias queixas
Dado que ocorreram várias interjeições e considerações de natureza pessoal, por
parte dos senhores intervenientes do público, as quais foram consideradas
desprestigiantes para as pessoas referidas, pela senhora presidente da Assembleia
Municipal e restantes membros, foram os senhores em causa convidados a cancelarem as
suas intervenções
O senhor <i>André Leça Marques</i> , em nome da comissão política do P.S.D., parabenizou
o senhor vereador Rui Costa
A senhora <i>presidente da Assembleia Municipal</i> interrompeu a intervenção do senhor
acima referido, por pensar que não era adequado, mais uma vez, alguém do público intervir
em nome de um partido
Não havendo mais nada a tratar, a senhora presidente da Assembleia Municipal
propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta,
para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta
da ata foi aprovada, por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa
Em seguida, quando eram vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia
dezanove de dezembro, a senhora presidente da Assembleia Municipal deu por terminados
os trabalhos desta sessão, encerrando-a
Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.
O/A Presidente,

Fls.



O/A 1º/a. Secretário/a,
O/A 2º/a. Secretário/a,